

Título

Do epistemicídio acadêmico na graduação em Psicologia e sua superação com a educação antirracista

Autor

Maria Julia Oliveira Cecílio
Kelly Adriana de Campos Benzoni
Renata Cristina Oliveira Cecílio
Ana Maria Ricci Molina

Ano de publicação

2026

Referência

CECILIO, Maria Julia Oliveira; BENZONI, Kelly Adriana de Campos; CECILIO, Renata Cristina Oliveira; MOLINA, Ana Maria Ricci. Do epistemicídio acadêmico na graduação em Psicologia e sua superação com a educação antirracista. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, 2026.

DO EPISTEMICIDIO ACADÊMICO NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E SUA SUPERAÇÃO COM A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

ON ACADEMIC EPISTEMICIDE IN UNDERGRADUATE PSYCHOLOGY EDUCATION AND OVERCOMING IT THROUGH ANTI-RACIST EDUCATION

Maria Julia Oliveira Cecílio¹
Kelly Adriana de Campos Benzoni²
Renata Cristina Oliveira Cecílio³
Ana Maria Ricci Molina⁴

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o resultado de um estudo bibliográfico em que emerge o epistemicídio acadêmico como prática de racismo institucionalizado no currículo em Psicologia e a superação dele a partir do aquilombamento de estudantes pretos a promoverem justiça curricular em determinada unidade de ensino superior. Para tanto, adotou-se a perspectiva da Escrivência como referencial teórico articulada à abordagem qualitativa de pesquisa, do tipo bibliográfica, como procedimento metodológico. A coleta de dados foi realizada no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e feita a análise compreensiva da narrativa da amostra encontrada, que permitiu verificar a presença de três eixos relacionais a sustentarem o examine do racismo internalizado e sua decolonização a partir do “Eu”, quando se encontra com “Nós” e vivencia letramento racial potencializado pelo dispositivo de aquilombamento de estudantes pretas em coletivo estudantil, com objetivo de superação do racismo institucionalizado ao lutarem por justiça curricular em relação aos “Outros/as”, evidenciado pelo pacto da branquitude e do epistemicídio acadêmico como barreiras institucionais. Portanto, considera-se que a trajetória escolar de pessoas negras(os) é marcada pela urgência de um letramento racial crítico, por um lado, e, da decolonização do currículo de Psicologia

¹ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

² Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Barão de Mauá e em História pela UFOP.

³ Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Barão de Mauá.

⁴ Doutora em Educação pela UFSCar, mestre em Psicologia pela USP e graduada em Psicologia pela UNESP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: ana.ricci@baraodemaua.br

como uma ferramenta da educação antirracista, por outro, mediante aquilombamento de estudantes pretos nas universidades.

Palavras-chave: Psicologia; Racismo; Escrivivência; Epistemicídio Acadêmico; Educação Antirracista.

ABSTRACT: This article aims to present the results of a bibliographic study that reveals academic epistemicide as a practice of institutionalized racism in the Psychology curriculum and its overcoming through the quilombo of Black students promoting curricular justice in a specific higher education institution. To this end, the perspective of "Escrivivência" was adopted as a theoretical framework, articulated with a qualitative research approach, specifically bibliographic, as a methodological procedure. Data collection was carried out in the Digital Bank of Theses and Dissertations (BDTD), and a comprehensive analysis of the narrative of the sample was performed. This analysis revealed three relational axes supporting the examination of internalized racism and its decolonization from the perspective of the "I," when it encounters "We," and experiences racial literacy potentiated by the quilombo mechanism of Black students in a student collective. This aims to overcome institutionalized racism by fighting for curricular justice in relation to "Others," evidenced by the pact of whiteness and academic epistemicide as institutional barriers. Therefore, the educational trajectory of Black people is considered to be marked by the urgency of critical racial literacy, on the one hand, and the decolonization of the Psychology curriculum as a tool for anti-racist education, on the other, through the empowerment of Black students in universities.

Keywords: Psychology; Racism; Escrivivência; Academic Epistemicide; Anti-Racist Education.

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma versão reelaborada de um trabalho de conclusão de curso (TCC) intitulado "Bença minha mãe, para lutar e escrever: notas sobre o epistemicídio acadêmico e a educação antirracista na graduação em Psicologia", de Kelly Benzoni; Maria Júlia Cecílio; Renata Cecílio (2025), que, orientado a identificação de teses e dissertações em Psicologia pautadas na Escrivivência sobre a graduação em Psicologia terminam por desvelar o epistemicídio

acadêmico e a justiça curricular como forças antagônicas mediadas pela busca afirmativa do aquilombamento hodierno feito por coletivo de estudantes pretas(os), com letramento racial crítico e emancipatório no âmbito institucional.

Assim, nas ocasiões em que as autoras se reuniam para estruturar o TCC: a) consideravam a relevância das próprias vivências sobre o tema do racismo na trajetória escolar e acadêmica delas; b) comentavam entre si acerca da leitura dos documentos selecionados para a formação da amostra, de modo a codificarem as unidades significativas de práticas racistas ou das microagressões cotidianas e antirracistas ou pistas de decolonizações vivenciadas durante a graduação em Psicologia; c) articularam a teoria com os achados da pesquisa.

À medida em que as autoras alinhavam os conceitos estruturantes da pesquisa com o conteúdo da amostra, atentavam para a historicidade dos fatos em suas reflexões e sua incidência na semelhança entre a produção de subjetividades delas com as autoras dos documentos analisados, dando a entender que o racismo é uma enunciação coletiva e histórica instituída como mercado social na produção das diferenças e das desigualdades sociais.

Por fim, conforme Almeida (2019), o racismo é uma prática constituinte das relações sociais, operando de forma a institucionalizar a desumanização e garantir que determinados grupos sejam mantidos em posições de vulnerabilidade e invisibilidade intelectual. Tanto que o título “Bença minha mãe para lutar e Escrever” é uma licença poética das autoras ao desvelarem a tomada de consciência da história coletiva que carregam em seus próprios corpos durante TCC.

Contudo, neste artigo toma-se como objetivo apresentar um estudo de revisão bibliográfica percorrido nesta introdução e em desenvolvimento-discussão, em que o epistemicídio acadêmico emerge como prática de racismo institucionalizado no currículo em Psicologia de

determinada Instituição de Ensino Superior e a superação dele a partir do aquilombamento de estudantes pretas(os) a promoverem justiça curricular.

Por isso, compreendeu-se que a colonização das vidas pretas, no sentido das relações estabelecidas pelo “pacto colonial” pertinente ao Antigo Sistema Colonial descrito por Lapa (1982), em que desde o período histórico entre 1500 e 1800, quando surgiu referido pelo sistema econômico-social à época balizado e sustentado por relações de dependência e subordinação de países europeus entre si e suas colônias e destas também entre si, até hoje, um complexo de inter-relações caracterizadas por uma estrutura social estratificada e estamental. Neste cenário, direciona-se o olhar para a história do Brasil, notoriamente marcada pelo comércio transatlântico de escravizados trazidos da África Ocidental no período colonial, para trabalharem forçadamente nas lavouras de cana de açúcar e mais tarde na de café (Tapajós, 1967).

Neste compasso, percebe-se a importância de considerar o diálogo interdisciplinar com as Ciências Sociais e, de maneira mais delicada, com a História. Especialmente, atentando sobre a sua utilidade para a Psicologia, em razão do aspecto social que ela nos oferece por meio da “duração social, estes tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que não são apenas a substância do passado, mas também a base da atual vida social” (Braudel; 1965, p.262). Assim sendo, o termo decolonizar aparece contextualizado adiante considerando a atual conjuntura estrutural, sabidamente longa, ora afrontada.

Historicamente, em resposta à colonização de vidas pretas, surgiram os quilombos, nos séculos XVI a XIX, no Brasil. As comunidades quilombolas eram a maior expressão de resistência dos negros escravizados a partir das fugas, da criação de espaços de autonomia e produção de vida e resgate ou libertação de outros durante este período (Gomes, 2012). Na atualidade, o conceito de aquilombamento ressurge

não apenas como ocupação física, mas como a formação e valorização de redes de afeto e de proteção entre pessoas negras (Moura; 2022), que denunciam o pacto da branquitude e as políticas de branqueamento (Bento; 2022, Kilomba; 2019, 2020).

O pacto branquitude, conforme conceituado por Cida Bento (2022), revela-se como um acordo implícito e não verbalizado entre pessoas brancas para a manutenção de poder e privilégios para seus pares, naturalizando a hegemonia (supremacia) branca nas instituições enquanto invisibiliza trajetórias negras. Articuladas a esse pacto, as políticas de branqueamento operam como mecanismos de controle e negação da identidade. Segundo Grada Kilomba (2019, 2020), essas políticas manifestam-se através de um racismo cotidiano que impõe ao sujeito negro uma máscara de subalternidade, exigindo a anulação de sua negritude e de seus saberes ancestrais para que este seja tolerado nos espaços de poder.

Por anulação de sua negritude um dos exemplos mais nítidos desse processo é o alisamento capilar compulsório e a imposição de códigos de boa aparência que, na prática, exigem o apagamento de traços fenotípicos ancestrais para que o sujeito seja lido como profissional ou intelectualmente capaz. Para além da estética, essa neutralização estende-se a uma vigilância constante sobre o comportamento, onde o medo de ser alvo da violência estatal molda as subjetividades desde a infância. Nas periferias e grandes centros, a neutralização é também uma estratégia de sobrevivência frente ao racismo estrutural: o medo latente dos pais de perderem seus filhos para uma bala perdida — que raramente é perdida, mas direcionada pelo perfilamento racial — força as famílias a imporem aos jovens negros uma postura de invisibilidade e cautela extrema.

Na graduação em Psicologia, esse branqueamento reflete-se com o epistemicídio acadêmico, onde a norma universal de um suposto

“Outro” é sempre branco, de modo a agenciar uma constante autonegação de pessoas pretas para sobreviverem às estruturas coloniais. Na Psicologia, esse processo é latente: teorias eurocêntricas e positivistas muitas vezes patologizaram a experiência negra ou simplesmente silenciaram suas vozes, tratando o saber europeu como único e universal. A formação em Psicologia no Brasil não pode mais ignorar o peso da colonialidade (saber branco) que estrutura saberes acadêmicos compartilhados. Ao olharmos para o currículo, percebemos que a neutralidade científica muitas vezes serviu como um véu para o epistemicídio racial, apagando as cosmologias e as formas de cura dos povos negros e indígenas.

Decolonizar esse currículo — que, conforme Moura (2022) foi construído sob uma ótica que reduz a trajetória negra a uma massa amorfa e passiva, negando-lhe a condição de sujeito histórico — é, portanto, um ato de reparação e de sobrevivência. É entender que o conhecimento acadêmico não pode estar descolado das memórias de quem, por séculos, foi silenciado. Como nos ensina a Escrivência (Evaristo, 2017), pesquisar e aprender são formas de luta; é retomar a voz que o pacto da branquitude tentou roubar de outros saberes, transformando o luto em verbo e a teoria em ferramenta de independência. Portanto, este movimento de “aquilombar-se” nas universidades é uma resposta ao epistemicídio acadêmico e cultural, conforme sustentam Boaventura de Sousa Santos e Ana Paula Meneses (2009), e vivenciado por estudantes negros ao longo da sua escolarização, que implica na expropriação e o apagamento dos conhecimentos produzidos por populações colonizadas.

Assim, essa transformação no modo de educar e pesquisar não é um desejo isolado, mas uma convocação ética que ecoa nas regulamentações da nossa profissão. Tal engajamento da categoria de psicólogos ganha forma e força através das diretrizes do Conselho

Federal de Psicologia (CFP). Ao reconhecer que o racismo é um condicionante social da saúde, o Conselho convoca cada profissional a sair da passividade. A Resolução CFP nº 018/2002, por exemplo, não é apenas um texto burocrático, mas um escudo ético que assegura que a Psicologia brasileira deve ser exercida sem compactuar com qualquer forma de discriminação, exigindo que o(a) psicólogo(a) atue ativamente na desconstrução dos estigmas raciais que adoecem a nossa sociedade.

Portanto, o envolvimento da categoria de psicólogos(as) vai de encontro de um enunciado bastante emblemático: “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, de Elza Soares (2002). Essa metáfora forte denuncia como o racismo estrutural funciona: reduz corpos negros a mercadorias descartáveis, considerados mais primitivos, além de silenciar suas vozes e conhecimentos. E, busca, por meio da educação antirracista de bell Hooks (2017), não se resume a incluir um(a) autor(a) negro na bibliografia da ementa de uma disciplina. Ela exige um letramento racial crítico, capaz de identificar como o racismo opera nas entrelinhas das relações acadêmicas e no exercício da profissão.

Por fim, é um convite para que a Universidade deixe de ser um espaço de reprodução de privilégios e passe a ser um terreno de “aquilombamento”, onde o saber se constrói na coletividade e o respeito à ancestralidade orienta a prática do cuidado. Assume-se, portanto, a educação antirracista como diretriz. Para tanto, é preciso também desmascarar o Mito da Democracia Racial, que insiste em romantizar as relações de poder no Brasil e invisibilizar a dor do corpo negro, conforme crítica de Neusa Santos Souza (2021).

MÉTODO

Este trabalho adotou a Escrivência, termo cunhado por Conceição Evaristo (2017), como referencial teórico central. De acordo

com a pensadora, a Escrivência não se limita a um registro autobiográfico ou meramente literário; ela configura-se como uma escrita que nasce do corpo, da pele e das vivências marcadas pela raça em intersecção com gênero e outros marcadores sociais, subvertendo a lógica da neutralidade científica branca. Ao utilizá-la neste artigo, reconhecemos que o ato de pesquisar para e sobre o sujeito negro se faz indissociável de sua própria existência e memória coletiva, permitindo que a análise seja atravessada pelas feridas e resistências sentidas no cotidiano acadêmico.

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa documental do tipo bibliográfica, tendo por fonte o Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD). A busca foi orientada pelo descritor "Psicologia e Escrivência", com filtros para o período de 2020 a 2025 nas áreas de "Psicologia", "Psicologia Social" e "Educação". O levantamento inicial trouxe 24 trabalhos, dos quais apenas 02 atenderam aos critérios de adesão aos objetivos deste estudo. Contudo, o acesso ao texto integral foi possível em apenas 01 deles — a dissertação de Souza (2023) —, que passou a constituir a amostra principal tratada sob a lente da Escrivência.

Essa escassez de resultados desvela o ineditismo deste estudo e denuncia o silêncio da academia sobre formas de produção de conhecimento que não sejam brancocêntricas. O fato de 24 trabalhos resultarem em apenas um texto integral disponível e aderente ao tema é, por si só, um dado da pesquisa: um sintoma do próprio racismo institucional que este artigo visa superar.

DESENVOLVIMENTO/DISCUSSÃO

A análise compreensiva da narrativa encontrada em Souza (2023) se desvela em três eixos relacionais: "Eu"; "Outros"; "Nós". Eles permitem compreender a dinâmica das vivências sobre racismo e educação

antirracista em intersecção. Ao mergulharmos na amostra percebemos que esses eixos sustentam o tecido da pesquisa. Neles, localizamos o epistemicídio racial acadêmico, como uma marca do racismo institucionalizado, que fere o “Eu”; a potência do coletivo de estudantes pretas como a estratégia viva do “Nós” para o enfrentamento; e a busca pela justiça curricular como o horizonte da educação antirracista sobre o encontro com o “Outro”, a cultura da branquitude no currículo e na instituição de ensino superior.

O eixo “Eu” emerge como o território onde as feridas do racismo estrutural são sentidas de forma mais íntima. Este plano é subjetivo e profundamente impactado por um contexto social saturado de colonialidade, que utiliza a linguagem como um de seus mecanismos mais insidiosos. Apoiadas em Frantz Fanon (2020) e Cida Bento (2022), percebem-se que discursos, símbolos e práticas cotidianas que inferiorizam a pessoa negra acabam sendo internalizados, operando uma desvalorização que atinge o cerne da construção da identidade. Essa violência simbólica, manifestada na própria forma como nos comunicamos, tenta moldar a percepção que o sujeito tem de si, forçando-o a um constante estado de autonegação.

Metaforicamente, a letra de 'Ismália', na voz de Larissa Luz, traduz essa agonia ao narrar “Olha lá, que a distância entre o que eu sou e o que eu queria ser / É o que me faz querer morrer”. Essa distância é o abismo cavado pelo racismo estrutural, que faz com que o sujeito negro, muitas vezes, sinta-se estrangeiro em sua própria pele, buscando um “céu” de reconhecimento que a estrutura colonial insiste em manter inacessível.

Assim, a análise do dispositivo de racialidade, conceito central em Sueli Carneiro (2005, 2023), impresso pelas práticas acadêmicas, é fundamental para compreendermos essa dinâmica. A autora nos convida a observar o duelo entre o “eu hegemônico” — que, configurado

como identidade dominante, geralmente branca, ocidental e masculina, autoproclama-se universal e padrão — logo, o sujeito negro como "outro" inviabilizado à posição de antagonista. Sueli Carneiro (2005, 2023) argumenta que a identidade dominante se sustenta em um "modelo do Outro", estruturando expectativas que não são aleatórias, mas construídas a partir de duas dimensões: a histórica e a pedagógica.

A dimensão histórica, que dialoga diretamente com a introdução deste trabalho, ilumina as memórias do período de escravização e o legado de representações negativas que recaem sobre o corpo negro. Lado a lado, a dimensão pedagógica expõe como os aparelhos escolares, ao longo de séculos, consolidaram uma narrativa colonial. Esse discurso, que insiste na ideia de que a população negra carece de saberes a agregar, reduz a complexidade de corpos e existências a estereótipos limitantes — como o samba, a capoeira ou a mera condição de escravizado, esta última, lamentavelmente, lida como essência do "ser" e não como um estado imposto por um sistema de exploração.

É crucial destacar que essa redução pedagógica opera como um mecanismo de controle da subjetividade, onde a intelectualidade negra é sistematicamente questionada. Quando o sistema educacional impõe ao estudante negro que sua história se resume à escravidão, ele tenta confinar o "Eu" a um lugar de passividade histórica, negando-lhe o direito ao protagonismo e à produção de conhecimento científico legítimo.

A experiência da autora da amostra principal (Souza, 2023) ilustra com nitidez esse processo. Ela descreve uma trajetória de escolarização e acadêmica marcada por incertezas e crises de autoconfiança. A busca por uma identidade negra em um espaço institucional branco (escola e universidade) não foi apenas um desafio intelectual, mas um percurso que se assemelhou a outros espaços sociais e ambos geraram conflitos familiares, dificuldades nas relações interpessoais e um desgaste de sua saúde mental.

Contudo, nesse cenário, o "tornar-se negra" na universidade também é narrado como um processo de desestabilização, por letramento racial que a autora relata ter encontrado no suporte da psicoterapia, ressaltando o papel fundamental de uma profissional que, embora branca, era atenta ao processo histórico-social necessário para compreender que o sofrimento ali apresentado não tinha origem em questões puramente de personalidade, individual, de traços ou de neuropsicobiologia. O diálogo clínico permitiu compreender que aquela dor era, na verdade, um efeito direto das violências sistemáticas do racismo estrutural e internalizado. Provavelmente, esta psicóloga foi letrada racialmente durante sua vida e formação acadêmica, do contrário, conseguiria realizar um pensamento clínico norteado por uma psicologia crítica?

Fica evidente, portanto, que o "Eu" é frequentemente alvo de atitudes discriminatórias que, embora por vezes se apresentem de forma sutil ou sob o disfarce de uma "positividade" enganosa, são constantes e cumulativas. Entendemos a partir de Borges (2024) que essas microagressões vindas do eixo "Outros" agem silenciosamente, minando a saúde psíquica da estudante e reafirmando a necessidade de uma Psicologia que considere o processo histórico-social como elemento indissociável da subjetividade humana.

Este eixo revela a dimensão externa que molda — e muitas vezes violenta — a subjetividade negra na academia. Ele é agenciado pela institucionalização do racismo, que, sob o manto de uma suposta neutralidade científica, perpetuam o epistemicídio acadêmico mediado pelo pacto da branquitude. A manutenção deste "Outro" se faz por práticas discursivas e não discursivas tendo os sujeitos como agentes desta aliança: implícita e muitas vezes inconsciente entre pessoas brancas para manter privilégios e evitar o desconforto de encarar o racismo como um problema estrutural (Bento, 2022).

Então, segundo Schucman (2014), sim, a Psicologia se faz racista quando a suposta "neutralidade" da ciência psicológica, herdada de uma matriz europeia, funciona como um anteparo que invisibiliza as especificidades da população negra. Ao tratar o comportamento humano como algo universal e desprovido de raça, o "Outro" institucional acaba por patologizar ou ignorar as subjetividades que não se encaixam no padrão branco. Assim, o silêncio sobre a questão racial em sala de aula não é uma ausência de posicionamento, mas sim um posicionamento político que mantém o status quo e reforça a ideia de que o saber legítimo é apenas aquele produzido pela branquitude.

Neste cenário, o mito da democracia racial ganha corpo através da negação. Percebe-se uma resistência por parte de colegas e professores que, ao serem confrontados com a necessidade de uma postura antirracista, recorrem à chamada fragilidade branca. Esse mecanismo de defesa inverte o jogo: a denúncia de uma violência coletiva e histórica é lida como uma ofensa pessoal ou falta de educação para proteger a autoimagem do grupo dominante, silenciando o debate ético provocado pelo coletivo das "Pretas Psi".

A fragilidade branca manifesta-se também na dificuldade de docentes em lidar com bibliografias decoloniais, muitas vezes justificando a ausência de intelectuais negros sob a alegação de um suposto desconhecimento. Contudo, é preciso pontuar que, em um espaço de produção de saber, a ignorância não é neutra; o desconhecimento de autores contracoloniais ou decoloniais por parte de quem detém o poder pedagógico revela uma negligência ética e a manutenção do privilégio de não precisar saber sobre o "outro".

Assim, autores negros acabam relegados a leituras complementares ou tratados como temas específicos e periféricos, enquanto autores brancos permanecem como a única base obrigatória. Essa hierarquização do conhecimento é uma das facetas

mais cruéis do epistemicídio, pois comunica ao estudante negro que o seu pensamento e o de seus ancestrais não possuem o rigor científico necessário para compor o núcleo central da Psicologia, perpetuando a ideia de que a ciência é um território exclusivamente branco.

A disparidade produzida pelo pacto da branquitude revela-se não apenas no acesso à cargos ou notas, mas na própria possibilidade de existir sem sobressaltos. Como canta Emicida (2019) em "Ismália", a estrutura social garante que "a felicidade do branco é plena", enquanto "a felicidade do preto é quase". Esse "quase" é o território da insegurança subjetiva provocada pelo mito da democracia racial, que faz com que o estudante negro trilhe caminhos de "brasa e barranco", onde até o ato de sonhar com a conclusão da graduação ou com uma carreira legítima encontra entraves institucionais. Enquanto o "eu hegemônico" assiste à cena do banco, confortável em sua universalidade, o sujeito negro luta para que o seu saber não bata na trave do epistemicídio.

Esse comportamento revela que a branquitude se enxerga como a norma universal, o "padrão" de humanidade e saber, o que dificulta o verdadeiro letramento racial. Enquanto o "Outro" institucionalizado não se reconhecer como elemento racializado e detentor de privilégios, a educação antirracista na Psicologia continuará encontrando barreiras. Por isso, decolonizar o currículo não é apenas incluir novos autores, mas desestruturar essa posição de centralidade do "Outro" que impede a emergência de saberes e corpos negros na graduação.

Se nos eixos anteriores identificamos o isolamento individual provocado pelo racismo e seu apagamento institucional, o eixo "Nós" surge como a resposta política e afetiva a esse duplo movimento. Souza (2023) apresenta que a "virada" subjetiva se deu quando se encontrou com o coletivo negro e pode configurar-se na identidade negra. Exemplifica esse processo de resistência atravessa pela formação do grupo de estudantes da graduação em Psicologia, as "Pretas Psi" —

considerada nesta análise não apenas uma reunião de estudantes, mas uma reedição contemporânea dos quilombos.

Esse movimento de aquilombar-se na universidade configura-se como uma estratégia de reexistência, onde o suporte mútuo interrompe o ciclo de adoecimento psíquico imposto pela branquitude. O coletivo opera em múltiplas frentes. Primeiramente, ele oferece o acolhimento. Ao compartilhar a Escrivivência de cada uma, as estudantes percebem que as microagressões e o sentimento de impostura são, na verdade, ferramentas do racismo estrutural. Esse reconhecimento comum despatologiza o sofrimento: o que era lido como incapacidade pessoal passa a ser compreendido como violência institucional.

Nesse sentido, o aquilombamento contemporâneo subverte a lógica da competição individualista e meritocrática que impera no meio acadêmico ao transformar o espaço universitário em um território de partilha. Assim, o coletivo resgata a ética do Ubuntu — "eu sou porque nós somos" — estabelecendo que a saúde mental de uma estudante negra está intrinsecamente ligada à força de seu grupo. O coletivo torna-se, portanto, um filtro crítico que processa as violências externas e as devolve ao grupo transmutadas em consciência política e suporte emocional.

Além da dimensão afetiva do apoio mútuo desvelada em Souza (2023), o eixo "Nós" promove uma dimensão política com o fortalecimento intelectual das participantes. É dentro do grupo que se busca o que a grade curricular omite: a leitura de autores e autoras negras, a discussão sobre a psicologia preta e a valorização de saberes ancestrais. A união dessas vozes permite que o grupo saia da posição de passividade e passe a exigir a educação antirracista possui como um de seus princípios, a justiça curricular (Hooks, 2017).

Esta busca por referências negligenciadas não é apenas um exercício acadêmico, mas um ato de insurgência contra o epistemicídio

acadêmico. Ao lerem juntas autoras como Lélia Gonzalez, Virgínia Bicudo ou Neusa Santos Souza, o coletivo de estudantes prestas de Psicologia realizam uma curadoria de si, preenchendo as lacunas deixadas por uma formação eurocentrada. O grupo passa a produzir conhecimentos a partir de suas realidades, validando a Escrivivência como um método legítimo de produção científica que desafia a neutralidade suposta da ciência tradicional.

Portanto, “Nós” transforma a dor e o luto de si em luta identitária. A experiência de ser uma mulher negra na graduação de Psicologia deixa de ser uma trajetória solitária de sobrevivência para se tornar uma jornada coletiva de emancipação. Através do grupo, o sujeito negro recupera sua humanidade e constrói uma rede de proteção que permite não apenas estar na universidade, mas transformá-la a partir de dentro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta jornada, fica nítido que a implementação de uma educação antirracista no ensino superior, especificamente na graduação em Psicologia, não é apenas uma reforma curricular, mas uma urgência ética e humanitária. Através da lente da Escrivivência, pudemos perceber que os eixos “Eu”, “Nós” e “Outros/as” não são categorias imóveis, mas movimentos que definem quem pode falar, quem é ouvido e quem é silenciado nos corredores acadêmicos.

A dor individual do “Eu”, marcada pelo epistemicídio racial, cultural e acadêmico e pelo não-pertencimento, só encontra fôlego para a cura quando se transmuta na potência política do “Nós”. O aquilombamento contemporâneo, exemplificado pelos coletivos de estudantes pretas, provou ser o meio mais eficaz de resistência contra o pacto da branquitude. No entanto, é no enfrentamento com o eixo “Outros/as” — a instituição e seus agentes — que a luta ganha sua maior complexidade,

exigindo o desmonte do mito da democracia racial e a superação da fragilidade branca.

Neste cenário, a Psicologia brasileira possui direcionamentos fundamentais. O papel do Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio de suas resoluções e notas técnicas, é o de garantir que a prática profissional não seja conivente com a violência racial. Entretanto, as considerações aqui tecidas reforçam que as normativas, por si só, não mudam realidades se não houver um engajamento subjetivo e institucional. É preciso que cada docente e cada profissional se reconheça como parte desse sistema e atue ativamente no letramento racial e na decolonização dos saberes psicológicos e currículo da Psicologia.

Concluimos que a "Bença" invocada no título deste trabalho transcende o simbolismo religioso ou o mero respeito geracional. Ela é um dispositivo de Escrivência que evoca a ancestralidade como escudo e guia. Pedir a "Bença" é um ato político de quem reconhece que o ingresso e a permanência na academia não são conquistas puramente individuais, mas o prolongamento de uma luta coletiva e secular. É um pedido de licença e proteção às nossas mães e ancestrais para ocupar um território que historicamente foi desenhado para nos negar, silenciando nossos saberes e corpos.

Portanto, Escrever o racismo institucionalizado na Psicologia é um ato de coragem que visa transformar o saber psicológico em uma ferramenta de libertação, e não de controle. Que a Psicologia possa, enfim, olhar-se no espelho da realidade brasileira e abraçar a diversidade que a constitui, tornando a justiça curricular um fato e a dignidade humana a sua única medida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª. edição; 2022.

BENZONI, Kelly Adriana de Campos; CECILIO, Maria Júlia Oliveira; CECILIO, Renata Cristina Oliveira. **“Bença minha mãe, para lutar e escrever” notas sobre o racismo e a educação antirracista na graduação em psicologia**. 2025. 30 f. TCC (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, 2025.

BORGES, Maria Luísa Garcez. **Microagressões Raciais**: um estudo de caso sobre seus impactos na saúde mental e a necessidade de uma formação racializada em Psicologia. 2024. 61 f. Projeto de Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2024.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261–294, 1965. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 23 fev. 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 018/2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

EMICIDA. Ismália. Participação de Larissa Luz e Fernanda Montenegro. In: **AmarElo**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. 1 arquivo de áudio (4 min 58 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N_K_v6WpW34. Acesso em: 27 out. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FRANTZ, Fanon. *Pele Negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; Prefácio de Grada Kilomba; Posfácio de Deivison Faustino; Textos Complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GOMES, Flávio. Outras cartografias da plantação: espaços paisagens e cultura material no sudeste escravista. In: AGOSTINI, Camilla (org.). **Objetos da escravidão**: Abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 1804 – 2290. Kindle.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo no cotidiano. Trad. José Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó; 2019.

KILOMBA, Grada. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; Prefácio de Grada Kilomba; Posfácio de Deivison Faustino; Textos Complementares de Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

LAPA, José Roberto do Amaral. **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo. Editora Dandara, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A. 2009

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia e Sociedade*, vol. 26, número 1, abr., 2014. Doi: 10.1590/S0102 71822014000100010

SOARES, Elza. **A Carne**. Intérprete: Elza Soares. Letra: Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette. In: *Do cóccix até o pescoço*. [S. l.]: Maianga Discos, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw> . Acesso em: 27 out. 2025.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

SOUZA, Laysa Fontes de. **Do Coletivo PretasPsi à Escrivência**: uma aposta de aquilombamento na psicologia' 28/08/2023 66 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN.

TAPAJÓS, Vicente. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.